



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNA MAIA NOBRE GAMA

SOBRE A MENTIRA NA POLÍTICA:
Uma análise da visão de Maquiavel e Hannah Arendt

BRASÍLIA

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNA MAIA NOBRE GAMA

**SOBRE A MENTIRA NA POLÍTICA:
Uma análise da visão de Maquiavel e Hannah Arendt**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do grau de bacharel em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Carlos Augusto Mello Machado.

BRASÍLIA

2019

AGRADECIMENTOS

Para preencher esta lacuna de formalidade, gostaria de agradecer, primeiramente, à Universidade de Brasília, que me proporcionou, em mesma medida, casa e conforto, dores e angústias. Foi nela que a pessoa que sou hoje se construiu, buscou chão, voo, conhecimento. Foi a Universidade de Brasília que me deu tantxs amigxs inspiradorxs e maravilhosxs, foi nela que conheci Lucas, meu amor, presença fundamental em minha vida. Foi com ela que entendi o valor da universidade pública para a nossa sociedade, e me sinto honrada em ter feito uma pequena parte dela. Agradeço as amizades-parcerias que estiveram comigo nos momentos em que quis desistir, em que achei que graduação talvez não fosse coisa minha. E talvez não seja mesmo. Mas cá estou. E não poderia deixar de mencionar meu orientador, Carlos Machado, agradecê-lo por acreditar que sou capaz. E, por fim, a meus pais, abrigo do meu coração no Nordeste, obrigada por terem confiado em mim, confiado na escolha que fiz e por terem guiado meu caminho com amor, doçura, cuidado e apoio. Sem vocês, todxs mencionados acima, estes anos não teriam sido tão desafiadores e especiais quanto foram. Ou nem teriam sido. Obrigada.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar, de maneira comparativa, em que medida o pensamento de Maquiavel e Hannah Arendt dialoga com a mentira na política, qual é o espaço e o entendimento que ambos possuíam a respeito do significado e impacto da mentira no âmbito político e o que isso significa para a essência e existência desse âmbito, buscando trazer os principais elementos que constituem o pensamento de ambos quando do trato com a mentira. Foram utilizadas, para tal análise, as principais obras de Maquiavel, *O Príncipe* e *Discorsi*, enquanto Hannah Arendt nos guiou através de dois importantes textos, *A mentira na política: reflexões sobre os Documentos do Pentágono* e *Verdade e Política*. O distanciamento temporal, assim como analítico, entre Maquiavel e Arendt permitiu que elementos distintos se fizessem presentes em cada um deles, ainda que certas categorias possam ser utilizadas para compreensão de ambos os autores, tornando possível a demarcação de convergências e divergências entre eles, bem como, na conclusão, o entendimento de que tipo de contribuição essa análise permite para a contemporaneidade.

Palavras-chave: Mentira; Engano; Verdade; Política; *Virtù*; Aparência; Ação; Liberdade; Veracidade; Totalitarismo; Democracia; Factualidade; Pluralidade; Moral.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze, comparatively, how Machiavelli and Hannah Arendt's thoughts dialogue with lying in politics, what is the space and understanding that both had about the meaning and impact of lying in the political realm, such as what it means for the essence and existence of this realm, in an attempt to bring the main elements that constitute the thoughts of both of them about lies and politics. For such analyzes, it was utilized Machiavelli's main books, *The Prince* and *Discourses*, while Hannah Arendt guided this research with two important essays, *Lying in politics: reflections on the Pentagon Papers* and *Truth and Politics*. The temporal and analytical gap between Machiavelli and Arendt allowed for different elements to appear in each one of them, at the same time, it also allowed for certain categories to be used for the understanding of them both, making it possible to acknowledge what brings the authors together and what sets them apart in their comprehension of the role of lying in politics. In the conclusion, there is an attempt to understand what kind of contribution this analyzes allows for contemporaneity.

Key-words: Lying; Deception; Truth, Politics; *Virtù*; Appearance; Action; Freedom; Truthfulness; Totalitarianism; Democracy; Factuality; Plurality; Moral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – A MENTIRA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL	10
1.1 O estudo da História	11
1.2 Da natureza do homem.....	12
1.3 <i>Virtù</i>, fortuna e ação política.....	14
1.4 O rompimento com a moral tradicional	16
1.5 A questão da aparência	18
CAPÍTULO 2 – A MENTIRA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT	20
2.1 <i>Verdade e Política</i>	23
2.2 Sobre os Documentos do Pentágono e o que a reflexão de Arendt nos ensina ...	25
2.3 Mentira tradicional e mentira moderna	29
2.4 Verdade racional e verdade factual	32
CAPÍTULO 3 – MAQUIAVEL E HANNAH ARENDT: UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA DENTRO DO REPUBLICANISMO.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Somos constantemente surpreendidos por notícias, escândalos e acontecimentos que nos fazem questionar a credibilidade do Estado, do âmbito político e de seus principais atores. Vemos mentiras deliberadas sendo contadas cotidianamente, vemos fatos importantes sendo relativizados, colocados a prova e até mesmo negados por narrativas violentas, vemos a completa falta de compromisso com a verdade e com a História. Diante disso, diversos questionamentos foram surgindo. Se é amplamente sabido que a mentira é recurso comum utilizado na política, por que os representantes querem, sempre, se declarar enquanto aqueles que dizem a verdade? Seria a verdade impotente no fazer político? A mentira levaria ao fracasso, a negação da democracia e, mais ainda, da política? É só mais um recurso instrumentalizado pela mesma? Ou seria um elemento constitutivo? Em que tipo de ação política a mentira seria aceita? São essas algumas das perguntas que tento escrever sobre e, talvez, chegar a respostas neste trabalho.

Para tal análise, recorri a Maquiavel e Hannah Arendt. Ambos pensaram, de maneira contundente, o fazer político, o significado da ação política e a importância da política para o mundo. São dois autores originais e cujas leituras nos permitem discorrer sobre aspectos importantes nesse debate.

Maquiavel nasceu em Florença, em 1469, e dedicou sua vida a sua paixão pela política. Foi um homem público, tendo iniciado sua carreira em um cargo administrativo fiorentino. Viveu o contexto da invasão francesa a Florença por Carlos VIII, em 1494, em um momento de grande instabilidade e guerras por toda a Europa. Em 1498, foi nomeado a uma posição administrativa no governo de Florença, que muitos atribuem como sendo o cargo de chanceler, mas o importante é que Maquiavel cuidou dos assuntos internos e de guerra de Florença e, muitas vezes, também de assuntos diplomáticos. Em 1513, acusado de conspirar contra os Médici, Maquiavel foi preso e torturado. Após esse episódio, viveu um período de ostracismo político, o qual lhe permitiu o amadurecimento intelectual e a escrita dos dois livros abordados nesse trabalho. Foi nesse período, aos quarenta e três anos, que Maquiavel escreveu *O Príncipe e Discorsi: Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. O pano de fundo para essas obras é o contexto de formação e estabilização dos Estados nacionais, com o nascimento de uma nova concepção acerca do poder e do Estado (ARANHA, 1993). Maquiavel preocupou-se imensamente com estas questões, com a criação de Estados fortes, resistente a ameaças internas

e externas e, acima de tudo, com a manutenção do poder. Assim, escreve sobre como este pode e deve ser mantido de modo que o Estado funcione plenamente para segurança e para o bem do povo. Ao escrever sobre isso, Maquiavel traz *insights* interessantíssimos sobre como se dá a relação entre ética, moral e política, sobre a liberdade, sobre a História, sobre o papel dos governantes, como deveriam se dar suas ações, sobre a República. E à luz de tudo isso, é possível analisar como o autor entendia o uso, o propósito da mentira, enfim, o papel que possui no exercício do governo de um Estado.

Nascida em 1906, na Alemanha, e de origem judia, Hannah Arendt foi uma grande pensadora do século XX. De acordo com Celso Lafer, estudioso de Hannah Arendt, ela (assim como Maquiavel) é tão fundamental pois se configura como um clássico cheio de complexidade e cujas ideias reverberam até o presente. Lafer, em seu livro *Hannah Arendt – pensamento, persuasão e poder*, escreve:

De 1979 até hoje, a fortuna crítica de Hannah Arendt expandiu-se extraordinariamente, nos mais diversos quadrantes culturais. [...]. Ela se converteu – e é este o alcance deste consenso – num clássico do século XX, ao preencher os três requisitos do clássico propostos por Bobbio. Com efeito, Hannah Arendt (I) é uma autêntica intérprete de sua época, dando, através de sua obra e pessoa, um acesso ao “espírito” do seu tempo; (II) é sempre atual, daí advindo a necessidade de sucessivas gerações de relê-la e dar-lhe nova interpretação; e, (III), finalmente, as categorias de compreensão geral por ela elaboradas continuam indispensáveis para o entendimento da realidade atual, ainda que elaboradas em outros momentos históricos (LAFER, 2003, p.8).

Hannah Arendt mergulhou de cabeça na interpretação do século XX, que guiou sua vida e obra, buscando o entendimento dos desafios colocados para o homem desse século, em uma tentativa de compreender a modernidade e seu desenrolar. Debruçou-se, principalmente, sobre assuntos como totalitarismo, sociedades de massa, ideologia, violência, sobre a condição humana.

Apesar de serem utilizados aqui diversos conceitos e análises trazidas por Hannah Arendt na vastidão da sua obra, os dois principais textos abordados nesse trabalho são *Verdade e Política*, escrito para o *The New Yorker* e publicado no livro *Entre Passado e Futuro*, e *A mentira na política: reflexões sobre os Documentos do Pentágono*, publicado inicialmente no *The New York Review of Books* e posteriormente incluído no livro *Crises da República*. O primeiro trata de um trabalho escrito em resposta a controvérsia a respeito de seu relatório sobre

o julgamento de Eichmann em Jerusalém¹, no qual manifestou a impotência que sentiu perante as verdades factuais sobre as quais escreveu e quis contar para o mundo político. O segundo, por sua vez, foi escrito em resposta ao vazamento dos Documentos do Pentágono² durante a Guerra do Vietnã. É evidente para qualquer um que busque Hannah Arendt como chave de compreensão a importância da vida política para ela, uma vez que nenhuma outra tornaria possível o entendimento da dimensão propriamente humana do homem, voltada, em sua visão, para a coletividade, para a esfera pública - espaço da palavra e da ação. E é, por isso, tão latente e central entender o papel que a mentira ocupa nesse âmbito.

As obras de Maquiavel e Hannah Arendt constituem a forma como os autores procuraram lidar com os acontecimentos que marcaram suas vidas e a realidade onde estavam colocados. Ambos foram inovadores em suas visões e nos permitem pensar questões que vejo como fundamentais, tal qual a tratada neste trabalho. Não é, contudo, extensa a literatura existente que compara os dois autores, em especial no enfoque dado aqui. Viso, humildemente, preencher essa lacuna, analisando, comparativamente, as principais conceptualizações realizadas por ambos no que diz respeito a como enxergavam a mentira inserida na vida política. A hipótese aqui colocada é que a visão realista e republicana de Maquiavel, em conjunto com a visão pluralista de Hannah Arendt, nos fornece olhares distintos, mas em certos aspectos também complementares sobre o exercício da mentira.

Para tal, utilizo a análise de conteúdo, bem como a análise e leitura de fontes bibliográficas como metodologia. O trabalho divide-se em três partes, sendo a primeira dedicada a Maquiavel, a compreensão dos conceitos e critérios estabelecidos pelo autor e como a mentira está inserida nesse contexto. Em seguida, busco trazer a mesma compreensão para a obra de Hannah Arendt, no qual tento sintetizar seu pensamento e os objetos e categorias de análise mais importantes para a autora acerca de sua visão sobre verdade e mentira. E por fim, na terceira parte, realizo uma análise comparativa entre os autores, seguindo os critérios

¹ Adolf Eichmann trabalhou como chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança da Alemanha nazista e foi responsável, durante a Segunda Guerra, pela deportação de milhares de judeus para campos de concentração. Após a derrota da Alemanha, Eichmann fugiu da Europa e se exilou na Argentina, onde foi posteriormente sequestrado pelo serviço secreto israelense Mossad e lavado até Jerusalém para ser julgado. O julgamento aconteceu em 11 de abril de 1961. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1961-julgamento-de-adolf-eichmann/a-785685>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

² Os Documentos do Pentágono foram encomendados pelo então Secretário de Defesa americano Robert S. McNamara, em junho de 1967. Os documentos tratavam do papel dos Estados Unidos na Indochina desde a Segunda Guerra até 1968.

estipulados nos capítulos anteriores e buscando aquilo que une e aquilo que separa Maquiavel e Hannah Arendt em suas visões sobre a mentira na política.

CAPÍTULO 1 – A MENTIRA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL

*Mas sendo minha intenção escrever algo útil para quem se dispõe a entendê-lo, pareceu-me mais conveniente perseguir a verdade efetiva das coisas do que a sua idealização. (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.116)*

Para começar a tentativa de enquadrar a visão de Maquiavel a respeito do papel da mentira no âmbito da política e em que medida sua concepção lida com a mentira dentro do Estado, por parte dos governantes, cabe contextualizar um pouco de onde vem e quais eram os cenários políticos, econômicos e sociais que impulsionaram Maquiavel a escrever os dois livros aqui tratados.

Quando Maquiavel escreve *O Príncipe*, em 1513 - época em foi afastado do serviço público de Florença - apesar de só ter sido publicado, postumamente, em 1531, e *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, escrito em 1517 e também publicado em 1531, a Europa passa pelo processo de substituição do sistema feudal pelo capitalismo, assim surgiam diversas monarquias e com elas a concentração de poder na forma de um Estado moderno. A Itália, contudo, ainda vivenciava uma grande fragmentação, em um cenário marcado por guerras entre as principais cidades-Estado – as Repúblicas de Veneza, Florença e Luca e os principados do Reino de Nápoles, Ducado de Ferrara, Ducado de Milão, Marquesado de Montferrat e os Estados Pontifícios – além da constante ameaça estrangeira, principalmente advinda da França e Espanha (ARANHA, 1993).

A superação de um sistema feudal significa a superação de um momento histórico no qual a religião, em especial cristã, contribuiu intensamente para a construção da concepção de mundo, da moral, de como se davam as relações sociais e políticas na Europa. Assim como a superação de um poder exercido simbolicamente pelos reis, com territórios fragmentados e sem centralidade administrativa e política. Isso é possibilitado, posteriormente, pela aliança com a insurgente burguesia mercantil. A Itália, diferentemente do resto da Europa, possuía uma fragmentação ainda mais nítida, na qual nem ao menos existia um rei que os unisse de maneira simbólica (ARANHA, 1993). O surgimento dos Estados nacionais, dentro desse cenário de

grande fragmentação, é fundamental para situar o pensamento de Maquiavel, que ansiava por uma Itália unificada.

Ele escreve em um tempo de profundas rupturas, fruto de contradições inexoráveis. É sobre essas contradições que Maquiavel procura tratar, buscando sempre a verdade do tempo objetivamente presente, da realidade que circula (AMES, 2000). Suas obras mostraram a latente necessidade de se entender o exercício do poder, para que se possam construir Estados fortes, governados por aqueles que detenham as características necessárias para manter esse poder, compreendendo como se dá, no presente, a natureza política e a ação dos homens. O que pretendo trazer como foco aqui é o que cabe interpretar a respeito da visão de Maquiavel sobre a desonestidade na política e como se manifesta sua importância e uso para a manutenção de poder. É um autor comumente conhecido pela sua escrita realista, pelo seu desencantamento com a moral cristã ditando a ação política, dando nome aos acontecimentos do aqui e agora. Mas é fundamental entender o papel que o passado e a História exercem em sua obra. É a isso que a primeira seção deste capítulo se destina.

1.1 O estudo da História

Já na introdução dos *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel discorre sobre seu entendimento da História e a importância que carrega para a construção de seu pensamento. Este livro foi escrito baseado na obra do historiador Tito Lívio, que dedicou seu trabalho a decifrar o Império Romano, desde o surgimento até seu declínio. Maquiavel se propõe a analisar sua obra para iluminar algumas questões, em especial referentes a defesa da República e do povo. Neste livro, ele diz:

Resolvidos a salvar os homens desse erro, achei necessário redigir, a propósito de cada um dos livros de Tito Lívio que resistiram a injúria do tempo, uma comparação entre fatos antigos e contemporâneos, de modo a facilitar-lhes a compreensão. Desse modo, meus leitores poderão tirar daqueles livros toda a utilidade que se deve buscar no estudo histórico. (MAQUIAVEL, *Discorsi*, Livro I, p.18)

Para Maquiavel, e veremos mais à frente como isso conversa com a ideia de verdade factual de Hannah Arendt, a História é o elemento que deveria pautar a maneira como os homens agem no presente, a fim de mudar a realidade na qual estão inseridos. Age-se no tempo presente, mas sempre tomando as lições que o passado nos concede. Esse passado, por sua vez, é a História, que carrega as verdades que não podemos mudar e, mais do que isso, que deveriam

guiar a política e a condução do Estado. Desse modo, pode-se dizer que, na visão de Maquiavel, o agir politicamente deveria sempre se basear na verdade das coisas que nos trouxeram até o momento presente. Isso não quer dizer que um governante não deva, em sua visão, fazer uso de mentiras quando necessárias para o bem do povo, mas que tal ação deve ser pautada no que se sabe ser verdade, ou seja, o estudo histórico. Para ele, de nada adianta esse conhecimento, se ele não é utilizado para a ação política, que requer regras, aqui e agora, para guiá-la (AMES, 2000). Não é mais a moral tradicional religiosa que capacita a ação dos homens políticos, mas o conhecimento dos fatos que o entendimento do passado nos permite ter. Talvez esteja aí colocado um dos limites de Maquiavel à mentira na política: o conhecimento das “verdades efetivas” da História. De modo que a mentira é recurso justificado quando pautada por objetivos políticos coletivos para se agir sobre as necessidades presentes, mas quando se mente sobre os fatos passados, quando se forja a História, um governante nunca terá a *virtù* e o poder necessário para manter seu Estado.

Essa concepção se deve muito a sua recusa em aceitar a compreensão cristã-medieval de mundo. Pois para Maquiavel, essa era uma concepção que nada tinha de pragmática e propriamente humana, duas características essenciais para o exercício do poder enquanto ação política. Ele coloca a questão de como se pode pautar o bem comum, assim como uma vida em comunidade, fora dos parâmetros morais estabelecidos pela religião. Ainda, essa ação orientada pelo conhecimento histórico seria, por sua vez, uma tentativa de diminuir o magnetismo da fortuna e maximizar a potencialidade da *virtù*.

1.2 Da natureza do homem

Maquiavel se preocupou em compreender o comportamento humano perante a política, e diz que esse comportamento é, naturalmente, marcado pela competição, pela dominação de uns perante outros. Os homens não são de todo bons, e é com base nisso que se dá a realidade da ação política. Portanto, diz:

Um senhor prudente, portanto, não pode nem deve cumprir a palavra dada quando tal cumprimento se volta contra ele e as razões que o levaram a assumir o compromisso não existem mais. Se todos os homens fossem bons, tal preceito não seria bom, mas como são maus e não cumpriram a palavra contigo, tu, tampouco, tens de cumpri-la com eles. (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.129).

Nos *Discorsi*, escreve ainda que:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. (MAQUIAVEL, *Discorsi*, Livro I, p.29)

Trata-se de natureza humana em potência, não em essência, e de indivíduos em ato (AMES, 2000). E essa tendência ao mal estaria situada na tentativa dos homens de realizarem seus desejos pessoais, mas não só isso, pois a deturpação mais profunda se daria quando os desejos pessoais são movidos pela obtenção de ganhos pessoais, em detrimento de sanar as vontades do povo. Pois podem existir, por exemplo, as ambições de governantes que surgem como um desejo de transcender o cotidiano, realizar grandes feitos, conseguir manter Estados fortes, obter glória, ter o nome marcado na História. Esse último tipo de ambição pode conter o impulso necessário para que ganhos ao bem coletivo sejam conquistados, assim como Estados e governos que perdurem. Desse fato, pode-se inferir que, para Maquiavel, a mentira se configuraria enquanto problemática à medida em que fosse colocada em uso para defesa de interesses individuais, mas seria justificada quando fosse lançada para a manutenção do poder em prol do bem do povo e do Estado. Maquiavel não condena a existência de desejos pessoais e ambições, pelo contrário, acredita que são eles que movem as ações dos homens, o que, sim, ele condena, é a falta de *virtù* para realizar ou controlar esses desejos. Também acredita na consciência dos indivíduos, que dispõem de livre arbítrio para decidir a maneira como se comportam.

Se os homens são potencialmente maus e, quando no poder, só fazem o bem por necessidade, para manutenção de aparência, como então, para Maquiavel, essa natureza humana seria controlada? E como o bem coletivo seria identificado e garantido?

A resposta para a primeira pergunta estaria na educação, nas leis - que seriam fruto das contradições de desejos conflitantes - e nas instituições. E a da segunda estaria na República como forma de governo mais propensa a escuta das vontades coletivas, na tentativa de manutenção do Estado e da paz. Portanto, a visão compartilhada por Maquiavel é de que a mentira, quando utilizada como recurso político, não é contrária a conquista do bem do povo, nem a estabilidade do Estado. Para ele, o que serve de entrave é a falta de *virtù*, compreendida aqui como a capacidade de agir e saber entender a forma como a política flui, como as conquistas se dão e como deve um bom governante se portar diante disso. Isso porque “tudo considerado, encontrará alguma coisa com aparência de virtude que, se seguida, o conduzirá a ruína, e alguma outra coisa com aparência de vício que se seguida, o conduzirá a segurança e

bem-estar” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.118). A mentira se enquadra nesses vícios citados por Maquiavel, que quando usada para fortalecimento da estabilidade do Estado, não é mal vista, porque sem ela dificilmente a preservação pretendida fica salvaguardada. A *virtù* também se refere a saber quando mentir e como utilizar a mentira astuciosamente. A mentira é, dentre outras coisas, por vezes, necessária.

1.3 *Virtù*, fortuna e ação política

Todavia, para que nosso livre arbítrio não seja completamente abolido, julgo que possa ser verdade que a fortuna seja senhora de metade de nossas ações, mas deixando a nós o governo da outra metade, ou quase. (MAQUIAVEL, O Príncipe, p.169)

Para Maquiavel, o Estado se constitui enquanto um poder que perdura, e essa estabilidade, em sua visão, seria justamente necessária para a garantia de paz à população em determinado território (SINGER, 2006). Para entender essa manutenção de poder, tema bastante central em sua obra, bem como se dá a compreensão de Maquiavel a respeito da moral e da ética na política, e como isso se relaciona com a mentira, a hipocrisia, é preciso situar ao que se refere quando traz os conceitos de *virtù* e fortuna.

Sobre a *virtù*, Maquiavel escreve que “nos principados inteiramente novos, onde um novo príncipe tenha se estabelecido, encontrar-se-á para conservá-los uma maior ou menor dificuldade dependendo da maior ou menor *virtù* daquele que os conquistou” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.66). Ainda nesse capítulo, Maquiavel escreve que ou a *virtù* ou a fortuna são as características necessárias para que se superem adversidades. Contudo, deixa evidente que aquele que depende menos da fortuna e utiliza-se mais da *virtù* consegue manter o poder mais facilmente. Isso porque “aqueles que tão somente pela fortuna passam de cidadãos comuns a príncipes o conseguem com pouco empenho, porém custa-lhes muito conservar-se no poder” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.71). Ou seja, a fortuna é responsável por colocar no mundo a oportunidade sem a qual a *virtù* é incapaz de agir, do mesmo modo que se não há *virtù* para incidir sobre a fortuna, a ocasião que se apresenta é em vão.

O príncipe ou governante idealizado por Maquiavel é, antes de tudo, um homem de ação, que manuseia o desenrolar dos acontecimentos. A *virtù* se caracteriza, justamente, como essa capacidade de ação. Essa, por sua vez, dialoga diretamente com a necessidade de saber

lidar com as ocasiões abertas pela fortuna. A fortuna traz a imprevisibilidade, a contingencialidade, a indeterminação, enquanto que a *virtù* trabalha com a manipulação desse fator imprevisível, sendo justamente nesse fato que reside o sucesso da ação política (AMES, 2000; MIGUEL, 2007, p.32). Essa constituição contingencial é fundamental também para uma relação com a natureza dos fatos perante a mentira trazida por Hannah Arendt, e voltaremos nessa questão mais à frente.

A *virtù* de Maquiavel diz respeito à capacidade de compreender a realidade cheia de contradições e disputas de poder, assim como a capacidade de se colocar no mundo político e realizar grandes feitos em nome do Estado. Mas não é simplesmente sobre compreensão que Maquiavel trata, mas principalmente sobre ação. A natureza dessa ação é primordial para que a visão de Maquiavel sobre a mentira seja entendida. Há uma contradição que se apresenta nesse aspecto. Pois, de um lado, é uma ação pautada pela racionalidade, pelo cálculo de resultados, mas de outro pela aparência. De um lado pelo conhecimento genuíno das vontades do povo e necessidades do Estado, devido ao conhecimento da realidade, uma vez que a necessidade da ação política existe objetivamente, e de outro pelo entendimento de que a política se edifica pela construção de imagens.

Isso implica que em alguns momentos a ação vai ser pautada pela bondade, pela verdade, e que em outros isso não será possível e que a aceitação desse fato não deve ser de grande pesar para aqueles inseridos na política. Mas que, sobretudo, é necessário que se pareça bom, virtuoso, porque aquilo que um político se mostra enquanto, é a imagem que ficará efetivada na realidade (BENEVENUTO, 2013). Segundo Arnaut e Bernardo, “virtú ficaria simplesmente identificada a quaisquer qualidades que, na prática, fossem necessárias para salvar a vida e preservar a liberdade” (ARNAUT; BERNARDO, 2002, p.100). Mas há um parêntese a respeito dessa questão no pensamento de Maquiavel. Pois para ele, não se configuraria enquanto *virtù* a violência para com os cidadãos, a traição, a falta de piedade, a falta de lealdade perante aliados, uma vez que essas são as características que são úteis e garantem a conquista de territórios, mas não a glória. A aparência, juntamente com a *virtù* centrada na manutenção de poder, é que leva a governantes gloriosos. E o que seria a mentira se não, também, a criação de aparências, de imagens da realidade?

Já que depende da fortuna e das circunstâncias que dela se desenrolam para existir, a ação política viabilizada pela *virtù* é caracterizada pela mutabilidade, pela transitoriedade (WINTER, 2006, p.123), assim como se configura a mentira, em detrimento da dureza da

verdade. O homem de *virtù* é, antes de tudo, aquele que realiza mudanças, ou que constrói sua imagem de maneira suficientemente forte para que todos pensem que realiza. É aquele que consegue ter “uma disposição de ânimo que lhe permita orientar-se segundo os ventos da fortuna e as variações das coisas [...]” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.131). Sendo assim, a capacidade de adaptação da *virtù* e da ação política dialoga com a faculdade da mentira, com o fato de que nem sempre é desejável contar a verdade quando se tem uma visão definida sobre o que deve acontecer, e que dessa visão surja um objetivo pautado politicamente. Isso acontece porque aquele que age politicamente age de maneira inovadora, disruptiva, com base na realidade efetiva. A ação política é, portanto, uma ação criadora em potencial. E a criação do novo é justamente uma das características da mentira a qual Hannah Arendt se refere.

1.4 O rompimento com a moral tradicional

E há que se entender isso, que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode acatar todas aquelas coisas com base nas quais os homens são tidos como bons, sendo mesmo necessário, visando conservar o Estado, agir contra a lealdade, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião.
(MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.130)

Talvez seja o rompimento com os preceitos da moral cristã um dos aspectos mais suscitados por aqueles que leem Maquiavel. Uma leitura descuidada, no entanto (e foi essa a visão que perdurou por um longo tempo a respeito d’*O Príncipe*), o enquadra como um pensador imoral, que cultuava a violência, o engano, a infidelidade. E é fato que Maquiavel não tece juízo de valor sobre essas características inseridas na política, mas isso se deve a sua compreensão de mundo baseada no real e não na idealização da realidade (ARNAUT; BERNARDO, 2002, p.99). É como se ele dissesse que se pudessemos viver em um mundo ideal, ele seria permeado por verdade, bondade, compaixão e diversas outras características virtuosas. Mas como vivemos em um mundo pautado pela realidade do presente, no qual os homens não são, por natureza, bons, no qual se tem a tendência a opressão de uns perante outros, não se pode esperar que ações políticas dos homens tomem como premissa a virtuosidade, porque nem sempre é ela que levará aos objetivos pretendidos.

Por exemplo, é muito melhor e mais seguro conquistar um território através da *virtù* do governante do que pela violência, mas se não for possível, que seja pelas armas, pelo engano do povo, pela mentira, pois, em seu entendimento, a violência pode se configurar como forma

de manifestação da *virtú*, contanto, e isso é importante, que não perdue e que os fins objetivados sejam voltados para o Estado e para a coletividade. A ação pautada no que é se configura enquanto aquela que visa “não se afastar do bem, quando possível, mas saber introduzir-se no mal, se necessário” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.131). Sobre isso, escreve ainda que “deveis, portanto, saber que há duas maneiras de combater: uma, pelas leis, a outra pela força; a primeira é própria do homem, a segunda é própria dos animais. Como a primeira muitas vezes não basta, convém recorrer à segunda.” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.128)

Seus escritos de fato promoveram um rompimento com a noção tradicional de moral cristã, mas isso não faz dele, necessariamente, imoral, propenso a tirania, como muitos acreditam. Ele rompeu com o preceito cristão de moral a medida em que acreditava que os imperativos por ela defendidos eram incompatíveis com a política, sendo contrários a ação pautada nas necessidades do real. Desse modo, Maquiavel deu um sentido novo a relação entre moral, ética e política. Neste novo sentido, por sua vez, careceria de explicações a ação política, visto que ela justifica a si mesma em sua finalidade e que o aconselhável é que “sempre se defenda bem a pátria, com glória ou com infâmia” (MAQUIAVEL, *Discorsi*, livro III, p.419). E, mais do que isso, visto que possui objetivos que transcendem os interesses privados, a vida voltada para si mesmo, para o mantimento dos valores tradicionais (ARNAUT; BERNARDO, 2002, p.100). Esses objetivos seriam a longevidade do poder, do Estado e a liberdade assegurada:

Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por considerações de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e a manutenção de sua liberdade, rejeitando-se tudo mais. (MAQUIAVEL, *Discorsi*, Livro III, p.419)

Maquiavel toma esse posicionamento porque percebe que a ação política possui elementos específicos que a distinguem da ação privada do homem. A razão de ser disso estaria no fato que a ação política possui resultados coletivos (MIGUEL, 2007, p.33), trata da vida em sociedade e, para tanto, deveria ser baseada no sucesso das conquistas para o povo, nas necessidades que se desenrolam da realidade da vida política, e não na moral (MIGUEL, 2007, p.24). Desse modo, *a priori*, a bondade, a verdade, não são, necessariamente, as características que a política espera de um político. O que se espera é a posse de *virtù*, que carrega consigo a flexibilidade moral que requer a vida política (ARNAUT; BERNARDO, 2002, p.101). Maquiavel reconhece o bem e sabe distingui-lo do mal, assim como sabe discernir verdade e mentira, mas não adota esse discernimento como o padrão de conduta, uma vez que vivemos

em um mundo de contingência e acaso, e devemos, portanto, nos basear na ação política. Mas essa ação não pode estar desconectada do julgamento do povo, e é por isso que as mentiras não devem ser banalizadas, mas utilizadas com astúcia.

Quando escreve todas essas coisas a respeito da moral e do uso de mentiras, hipocrisia, violência, o que Maquiavel institui não é o aniquilamento da ética na política, mas sim seu funcionamento sobre outro prisma, um prisma que se distancia da lógica individual e se pauta sempre, conforme as circunstâncias, pelos valores coletivos e pela não idealização do presente. No entanto, faz-se importante frisar que essa nova ética não é uma licença absoluta aos governantes. Maquiavel impõe limites para a mentira, para a deslealdade. Porque, apesar de um governante ter o direito de mentir no exercício de seu governo (MIGUEL, 2007, p.25), a mentira não deveria pautar a maneira como são governados os Estados, mas ser utilizada como instrumento se assim for o caso.

1.5 A questão da aparência

Quando trata da questão da aparência, principalmente n’*O Príncipe*, mas também nos *Discorsi*, Maquiavel traz de maneira mais evidente a perspectiva do povo diante de todo esse processo. Ao falar de aparência, ele está falando, sobretudo, da criação de imagem e, portanto, de imaginação, pois sem ela não há o piso que sustenta a capacidade de criar além da realidade. Para Maquiavel, a aparência detém a capacidade de conduzir os homens facilmente, pois eles “em geral julgam mais com os olhos, do que com as mãos” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.131), ou seja, eles são mais capazes de acreditar naquilo que se coloca diante de seus olhos, do que naquilo que realmente é. Um bom político, por sua vez, é aquele que consegue forjar uma aparência virtuosa, sendo isso muito mais importante do que de fato possuir tais virtudes.

O que o pensamento de Maquiavel sobre a aparência endossa é que aquilo que se vê é mais importante, na vida política, do que aquilo que se é, porque o que em essência as ações produzem são imagens, que se fundam na aparência. A aparência é constitutiva da política, não está a parte dela. O espaço público é constituído, senão, pela aparência (BENEVENUTO, 2013, p.93). Desse modo, dentro do espaço de ação política, a distância entre realidade e aparência, verdade e construção de imagem, se estreita de tal maneira que fica difícil percebê-la. Ora, uma vez que só se efetiva o que se faz ver, o que é visto torna-se, então, o real (BENEVENUTO, 2013, p.94). Ainda sobre isso, Benevenuto diz:

Se o objeto de análise – que é a política – se constrói em um ambiente onde não é possível distinguir o ser do parecer, não faz sentido questionar a relevância de um ou de outro. Só temos acesso ao que aparece e, portanto, nem nosso objeto de análise pode ser de outra natureza, nem as ações do governante se inserem em outro lugar, pois só há aparência (BENEVENUTO, 2013, p.96)

Se a aparência se transmuta enquanto o real, então a “verdade efetiva” a qual nos referimos na primeira seção é também a aparência, e a verdade é buscada através daquilo que se insere nas coisas que aparecem, no reconhecimento da “verdade efetiva”. Pois o fundamento da “verdade efetiva” não ultrapassa aquilo que é realizado, ou seja, aquilo que se mostra (BENEVENUTO, 2013, p.95).

Voltando, então, ao papel da História para Maquiavel que mencionamos no início, aquilo que conhecemos como fatos históricos se fazem justamente na efetividade desses fatos. Para Maquiavel, a História existe para que possamos retirar dela lições de ação, de modo que o conhecimento seja adquirido através da experiência (BENEVENUTO, 2013, p.97). E se a história da política sempre foi a história da performance, do que parece em detrimento do que é, a História pode perdurar a imagem que foi construída e não necessariamente a verdade do evento histórico (BENEVENUTO, 2013, p.100), porque as verdades efetivas as quais Maquiavel se refere não são contrárias à aparência (BENEVENUTO, 2013, p.95). Nos *Discorsi*, Maquiavel escreve que:

Quando se equivocam, como acontece quase sempre, isso se deve a várias razões. A primeira é a de que não se pode conhecer toda a verdade sobre os acontecimentos da Antiguidade; muitas vezes se oculta o que poderia trazer a desonra aos tempos passados, enquanto se celebra, e amplia, tudo o que acrescenta à sua glória. Ocorre também que os escritores, em sua maioria, seguem a sorte dos vencedores, aumentando o que fizeram de glorioso para melhor ilustrar suas vitórias [...] (MAQUIAVEL, *Discorsi*, Livro II, p.189)

O que podemos tirar disso é que se, para Maquiavel, a aparência teria uma capacidade de dominação da realidade, isso vem tanto das ações e da imagem que o governante quer construir, como do povo, pois sem o julgamento dos homens a construção da imagem não consegue se firmar, e os homens acreditam naquelas imagens que correspondem as expectativas da sua imaginação. Então, a mentira, a imagem forjada, a negação da realidade concreta se dá à medida que dialoga com a imaginação dos indivíduos (BENEVENUTO, 2013).

Diante de tudo aqui explanado, o pensamento político de Maquiavel nos permite colocar a mentira como um elemento central em sua obra, uma vez que opta pela primazia do sentido do poder, de sua materialidade. Assim, a moralidade cristã, individual, é desprezada em

detrimento da própria lógica do fazer político, baseada na obtenção de *virtù*, na ação política, na construção de imagem e manutenção de aparência forjada de bondade, na tentativa de assegurar um Estado duradouro, forte, que preze pela manutenção da paz e pela obtenção de bens coletivos (MIGUEL, 2007).

Assim, segunda aponta Miguel, o que Maquiavel nos diz é que a moral, na realidade, não dita muito do desenrolar da vida política, o que sim o faz são os instrumentos de poder. Nesse sentido, seu entendimento traz como legítimo ao príncipe o exercício da mentira, se o alcance de um bem maior, coletivo estiver em vista. Contudo, a visão de Maquiavel a esse respeito não é desprovida de discernimento e limites, uma vez que há, em seu pensamento, a permanência de um julgamento acerca do fim pretendido, que permite dotar de sentido, em seu pensamento, a mentira (MIGUEL, 2007).

CAPÍTULO 2 – A MENTIRA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT

Antes de iniciar uma análise mais detalhada acerca do pensamento de Hannah Arendt, faz-se necessário distinguir alguns dos termos trazidos pela autora quando do trato com a mentira. Grande parte dos textos lidos foi em inglês e, portanto, surgiram algumas dúvidas em relação a nomenclaturas utilizadas. Por exemplo, para falar de mentira, são utilizados os termos *deception*, *self-deception*, *falsehood* e *lying*. Ela traz, também, os termos *truth* e *truthfulness* como pontos de análise distintos. Aqui, vamos usar *truth* como verdade e *truthfulness* como veracidade e ver como essa diferença está colocada para Arendt. *Deception* e *self-deception*, como engano ou ilusão, auto-engano ou auto-ilusão. *Falsehood* como a mentira em seu aspecto de manifestação e *lying* como o ato deliberado de mentir, como a propriedade da mentira. Posto isso, agora cabe contextualizar um pouco o que motivou Hannah Arendt a escrita dos textos que aqui nos guiam.

Hannah Arendt nasceu na Alemanha no início do século XX. De origem judia, cresceu com sua mãe em Königsberg (atual cidade de Kaliningrado). O desenvolvimento de sua vida enquanto pensadora começou cedo, tendo passado por diversas universidades europeias ao longo de sua vida adulta. Os seus trabalhos até então eram trabalhos filosóficos, mas com a chegada do nazismo no poder começa a se aproximar do movimento sionista, momento de grande virada em sua vida e em suas obras, que se embebedaram no político, que marcaria Hannah Arendt pelo resto de sua vida acadêmica e pessoal, limite difícil de estipular. Chegou a ser presa durante oito dias, em 1933, pela Gestapo. Foi após esse episódio que decidiu deixar a Alemanha, passando por Praga e Genebra, quando por fim chega à Paris, onde ficou por seis anos trabalhando com jovens judeus expatriados, ajudando-os a migrarem para a Palestina. Quando as tropas alemãs chegam a França, Hannah Arendt decide deixar a Europa e, em 1941, fugiu, via Lisboa, para os Estados Unidos, onde foi naturalizada em 1951, após dezoito anos enquanto apátrida. É nos Estados Unidos que escreve suas obras voltadas para o político, dimensão inescapável de seu pensamento e entendimento de mundo, baseado em amor e respeito ao agir no espaço público e nas relações cultivadas coletivamente (CORREIA, 2006).

O fenômeno totalitário, em especial o regime nazista pela proximidade em sua vida, mas também o stalinismo na União Soviética, traduziu o esforço do pensamento de Hannah Arendt para compreender a sua época: a modernidade, o século XX, através de seus movimentos mais extremos. O sistema totalitário foi a principal experiência que abriu o pensamento da autora

para a questão do político, lugar que abriga a natureza *transpolítica*³ da condição e da liberdade humana. Hannah Arendt, contudo, rejeitava seu enquadramento enquanto filósofa política, pois se opunha ao entendimento dessa baseado em argumentos filosóficos, que negligenciam a condição essencial da política: a sua existência devido a interação, em movimento de criação. Hannah Arendt queria a superação da *vida contemplativa* dos filósofos pela *vida activa*⁴, pelo espaço de ação e mudança. Pois, segundo Margareth Canovan (2016), em sua introdução de *A Condição Humana*, Arendt foi uma filósofa dos começos, de refletir a maneira como é própria da capacidade humana a germinação e o brotar de algo novo. Essa é uma premissa que dialoga diretamente com seu pensamento a respeito da mentira, inclusive.

Portanto, a experiência totalitária é de singular importância e edifica boa parte das bases do pensamento de Hannah Arendt que tento compreender aqui. É uma experiência que, acima de tudo, elimina o espaço da ação verdadeira, institui o aniquilamento da palavra, leva a liberdade ao extremo. É também um acontecimento que coloca a questão dos limites como algo essencial. O sistema totalitário se ocupa em produzir um mundo de não-sentido, uma vez que destrói a condição da experiência, ao fragilizar formas de sentido que permitam aos indivíduos revelarem-se a si próprios e aos outros, a maneira através da qual nos instituímos nesse mundo (ROVIELLO, 1987, p.136). A dominação totalitária do pensamento através da manipulação, da mentira sistemática, da perda de sentido, bem como a produção de um mundo dominado pela construção de imagem que não mais permite aos indivíduos o discernimento do real, é um alcance perigoso para o prosseguimento dos regimes totalitários que buscou compreender.

As ideologias e sociedades totalitárias, em sua visão, tornaram-se independentes de todo tipo de experiência, uma vez que tomaram como objetivo a explicação total dos acontecimentos, em um movimento que visou a libertação da verdade, de sua responsabilidade para com ela. Constituem-se, desse modo, como a implementação do terror, fazendo uso da mentira deliberada, travando um embate contra o mundo real, que é baseado na ação, na contingência e na experiência. É a *contra-verdade*⁵ a qual se referiu Derrida (2002), e que segundo Grunenberg, é utilizada quando se torna difícil a delimitação entre certo e errado, uma vez que a capacidade de julgamento e assim de ação, mediante o totalitarismo, se vê enfraquecida e,

³ ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*. Instituto Piaget, Lisboa, 1987. p.144.

⁴ Estes conceitos de *vida contemplativa* e *vida activa* são abordados e desenvolvidos por Hannah Arendt em *A Condição Humana*.

⁵ Para melhor entendimento de *contra-verdade*, ver DERRIDA, Jacques. **History of the lie: Prolegomena**. In *Without Alibi*. Stanford University Press, 2002, pp. 28-70.

portanto, criam-se brechas para que essas *contra-verdades* sejam lançadas (GRUNENBERG, 2018, p.40).

As reflexões propostas por Hannah Arendt revelam a grandeza do político, mas ao mesmo tempo, o perigo que esse domínio representa, que seria a tentação de exceder os seus limites, de adotar um “tudo é possível” que dificulta a estipulação ou mesmo a coragem de dizer que é preciso que estes sejam estipulados (ROVIELLO, 1987, p.135). Foi justamente isso que baseou os regimes totalitários, a constante tentação de desafiar os limites, do sentido, do senso comum, de um mundo permeado por veracidade, colocando a liberdade humana – elemento político fundamental para Arendt – contra sua própria condição. Buscou-se uma emancipação da realidade, daquilo que controla a liberdade (ROVIELLO, 1987, p.137). Esse entendimento é fundamental para saber como Hannah Arendt situa verdade e mentira em seu pensamento, pois suas reflexões foram profundamente motivadas pela compreensão do totalitarismo. Contudo, nos permite analisar como está colocado também na modernidade como um todo, e, portanto, nos regimes democráticos. É, por vezes, ambivalente a visão de Hannah Arendt a respeito da mentira, mas nos permite compreender muito de seu pensamento. Em ambos os textos, Hannah Arendt pensa a respeito da natureza da mentira e como ela se relaciona com o domínio da política e com a vida em sociedade, que deveria ter como busca incessante a pluralidade e a liberdade. É isso que vai ser pautado ao longo deste capítulo.

2.1 Verdade e Política

Apesar da experiência totalitária permear fortemente a escrita de seus textos, o que impulsiona Hannah Arendt a escrita deste ensaio é, sobretudo, o impacto de uma experiência que vivenciou já no mundo democrático (ROVIELLO, 1987, p.141). A experiência em questão é o julgamento de Eichmann, que trabalhou para a Alemanha nazista levando milhares de judeus para campos de concentração. Hannah Arendt pediu pessoalmente para ser enviada como correspondente pela revista americana *The New Yorker* à Jerusalém, em 1961, para fazer a cobertura e acompanhar o julgamento. Sua ida até Jerusalém lhe rendeu posteriormente a compilação de diversos ensaios no livro *Eichmann em Jerusalém*, no qual procurou colocar para o mundo as verdades que lhe pareceram importantes de serem reveladas, bem como questionar algumas das formas de como se deu o julgamento como, por exemplo, o papel que os Conselhos Judeus desempenharam durante o Holocausto (JAY, 2010, p.158). A escrita desse livro fez com que diversas polêmicas fossem construídas ao redor dos fatos que Hannah Arendt

tornou públicos e, com isso, um grande sentimento de impotência perante o testemunho que deu acerca da verdade dos fatos tomou conta da autora, que se viu decepcionada pelo impacto negativo de suas declarações e questionou o papel que a verdade ocupa na política. Movida por esse sentimento de impotência perante as mentiras que foram contadas em relação as suas declarações, Hannah Arendt escreve *Verdade e Política*.

Os questionamentos que movem a escrita desse trabalho são colocados logo no início pela autora, que procura entender o que a disputa entre verdade e política significa para a natureza e dignidade desse âmbito e, assim, indaga se é próprio da essência da verdade ser impotente e da essência do poder enganar. Para além disso, Hannah Arendt questiona-se se a verdade impotente não é tão desprezível quanto o poder que não se preocupa com a verdade (ARENDR, 2006, pp.223-224). A resposta que ela costura ao longo do texto desloca os termos nos quais as perguntas são colocadas (ROVIELLO, 1987, p.141).

Logo de início, a autora declara que a veracidade nunca foi considerada uma virtude política, tendo o espaço político, há algum tempo, sido marcado pelo o embate entre verdade e política, bem como permeado por formas históricas diferentes de manifestação da mentira (ARENDR, 2006, p.225). A mentira moderna, por se confrontar com as verdades factuais, ao mesmo tempo em que faz parte de seu domínio, é a que mais perturba o pensamento de Hannah Arendt e seu esforço de análise e compreensão.

É nesse ensaio que Arendt situa as formas tradicional e moderna de mentira, bem como a diferenciação entre verdade racional e verdade factual, assim como a proximidade dessa com a veracidade. Ela aborda os tipos de verdade para tratar da natureza e fragilidade de cada uma delas, bem como para analisar como a opinião está pautada diante dessas duas formas de existência da verdade. Ambas serão devidamente abordadas em seções subsequentes deste capítulo. O que busco trazer aqui é o que fica de lição principal no entendimento desse texto tão contundente e necessário que Hannah Arendt nos deixou em toda sua generosidade intelectual.

O constrangimento da verdade é umas das premissas que a autora aborda. É fácil para os homens inseridos no mundo político se livrarem desse constrangimento, a medida em que as verdades aparentemente evidentes são facilmente eliminadas, transformadas em opinião, demonstra como é fraco o estabelecimento de verdades absolutas na política, mas também no mundo (ROVIELLO, 1987, p.147). Desse modo, Hannah Arendt busca reafirmar a importância em defendermos e preservamos a verdade e, sobretudo, a veracidade, tomando-as como aquilo

que está fora da arena de discussão, é o que deve preceder e constituir qualquer debate e formação de opinião (ROVIELLO, 1987, p.144). Ou seja, é o entendimento de que é preciso haver moderação na constante tentação de superação desse constrangimento, de que a liberdade deve ser utilizada reconhecendo seus limites.

Em relação a característica elementar da verdade, também é importante ressaltar a visão de Hannah Arendt de que a verdade carrega consigo a coercitividade, pois está acima da concordância, da disputa, da opinião e da criação de consensos (ARENDR, 2006, p.235-236). É comum à verdade a exclusão do debate, pois ele não existe onde as informações e fatos já estão estabelecidos (JAY, 2006, p.160). A política, dessa forma, devido a sua essência mutável, que se costura de diversa formas e está sempre passível a novos debates, se aproxima da mentira a medida em que um mentiroso, antes de tudo, performa, tem a capacidade de dizer aquilo que não é, porque quer que as coisas sejam diferentes. O âmbito político que Hannah Arendt parece acreditar flerta com essa concepção, pois é, antes de tudo, um âmbito de liberdade, de ação, é onde se disputam interesses e se debatem ideias, é construído por todos nós, agindo em coletivo.

O objetivo principal desse texto é a tentativa de Hannah Arendt em fazer surgir a verdade e a veracidade como limites constitutivos do espaço político (ROVIELLO, 1987, p.140), condição que ultrapassa a tentação da mentira devido a sua proximidade da ação. Ela admite que há uma dimensão inexorável da verdade, que se desloca do livre debate de opiniões e interpretações acerca dos fatos. Pois Arendt acredita que existem verdades que devem ser defendidas a qualquer custo, bem como ações políticas que sejam legítimas (ROVIELLO, 1987). Para além disso, busca fazer vingar a importância dos fatos, fazer que com eles se sustentem de maneira segura no solo político, pautando a maneira como nos relacionamos livremente, como a ação política se dá e como as opiniões se formam e manifestam no debate público. Assegurar que a veracidade não representa perigo para o mundo político também é sua tentativa. A mentira que ultrapassa os limites é que acaba por destruir o espaço onde a ação política se dá (ROVIELLO, 1987, p.143).

2.2 Sobre os Documentos do Pentágono e o que a reflexão de Arendt nos ensina

Os documentos ou papéis do Pentágono são um grande estudo, divididos em 47 volumes, que tratam do processo histórico de tomada de decisão, por parte do governo norte-americano, a respeito da política externa estadunidense no Vietnã (ARENDR, 2008, p.13). Foi

encomendado pelo então Secretário de Defesa norte-americano, Robert S. McNamara, em 1967, com a intenção de descobrir e ter documentado o que realmente se passava na guerra em curso e, principalmente, qual era a real situação do país e do exército norte-americano em combate. Em 1971, Daniel Ellsberg, analista do Pentágono, vazou os documentos, que foram inicialmente publicados pelo *The New York Times* e em seguida pelo *Washington Post*. O vazamento destes documentos foi um grande acontecimento na época, colocando a prova a política externa norte-americana na Guerra do Vietnã, bem como política interna, desestabilizando o governo, ao deixar público todas as mentiras e manipulações que fizeram parte da atuação dos Estados Unidos na guerra, em um cenário de total perda de credibilidade e falta de confiança perante o governo.

Hannah Arendt, preocupada com o entendimento dos limites aos quais o âmbito político deveria se submeter, escreve uma reflexão sobre esses documentos, levantando a questão da mentira, do engano, do auto-engano, da construção de imagem, da manipulação. Essa reflexão posteriormente foi incluída no livro *Crises da República*. Em seu texto, ela deixa a mostra as estratégias utilizadas pelo governo para mentir repetidamente, por anos, sobre suas ações e desempenho na Guerra do Vietnã. Sua análise traz elementos fundamentais para compreender o abismo de credibilidade que pairou sobre o governo norte-americano quando veio a público toda a teia de mentiras na qual estavam envolvidos, mas principalmente os perigos que permeiam a negligência dos fatos, por parte dos tecnocratas do governo, para a política e para a sociedade, assim como os limites que deveriam estar colocados.

O problema central é que esses documentos evidenciaram como é grande a sedução da emancipação da realidade a todas as coisas que limitam a liberdade, para se atingir os interesses de determinado governo, desconsiderando completamente qualquer informação existente acerca dos fatos que deveriam sustentar o mundo político (ROVIELLO, 1987, p.137). Essa emancipação seria possibilitada justamente pela mentira. Para Hannah Arendt, isso se dá dessa forma pelo fato de que a mentira está intimamente conectada com a ação, pois quando agimos temos a capacidade de “negar em pensamento e palavra qualquer que seja o caso” (ARENDR, 2008, p.15). A capacidade humana de agir é caracterizada pela criação do novo. O que Arendt pontua e que é bastante importante, é que o novo não é criado do zero. O novo acontece quando remove ou destrói aquilo que estava colocado antes, e isso só é possibilitado pela imaginação. A imaginação permite, sobretudo, a superação da verdade factual, assim como a ação dialoga com a capacidade de mudar os fatos. Essa conexão, por sua vez, relaciona-se com a liberdade dos indivíduos em mudar a realidade e em começar algo novo. Sem essa liberdade de criar, diz

Arendt, a ação não se efetiva, e “ação é exatamente a substância de que é feita a política” (ARENDR, 2008, p.15).

Alguns pontos ficam evidentes nesse texto. O primeiro, já trazido no início de *Verdade e Política*, é que Hannah Arendt acreditava que a mentira sempre orbitou a política, e que a veracidade nunca foi uma virtude desejada politicamente ao longo da história. A moral, portanto, não seria necessária para fazê-la desaparecer, pois suas razões de ser são muito mais complexas do que apenas a consideração da própria moral, são existenciais (ROVIELLO, 1987, p.140). Em seu entendimento, a mentira está no epicentro do domínio público, da vida política. Reside nessa constatação um perigo, pois dessa maneira, torna-se demasiado fácil fazer essas mentiras serem acreditadas, devido a naturalidade na aceitação do lugar que ocupam. Isto, por sua vez, se dá por dois, talvez três fatores relativos a verdade factual. O primeiro, de natureza inerente, é que os fatos são contingenciais (ARENDR, 2008, p.16). Efetivamente, o que isso significa é que não há razão para os fatos serem como são, ou seja, eles poderiam se dar de outras formas de como aconteceram. A respeito disso, Roviello diz que:

A contingência indica a montante da iniciativa humana, a falta de um fundamento firme e definitivo para o sentido produzido, e a jusante dela, o caráter indeterminado desse sentido produzido, precário e parcial, cujo futuro não se encontra garantido por nenhuma lei necessária que o conduza a bom porto. Indica a situação de incerteza relativa, de falta de garantias seguras, na qual a ação livre é levada a cabo. (ROVIELLO, 1987, p.79)

O segundo fator estaria construído sobre a ideia colocada por Hannah Arendt de que a mentira não confronta a razão, muito pelo contrário, ela é muito mais dialógica com as expectativas da sociedade do que a verdade, que traz o constrangimento da realidade, por vezes, incompreensível do mundo factual. Por fim, a verdade factual é resultado dos homens vivendo e agindo em conjunto, então, só é dotada de sentido quando considera a ação e coletividade como premissas (ARENDR, 2008, p.16). Diferentemente das verdades científicas, as factuais só existem à medida em que os homens a constroem (ARENDR, 2006, p.234), através de suas ações, da maneira como se revelam no mundo e dos sentidos que desejam produzir.

A contingencialidade dos fatos faz com que os assuntos políticos não tragam verdades inerentes nem absolutas consigo. Então como, em sua visão, podemos fazer prevalecer a importância dos fatos perante a falsidade deliberada? Uma das respostas se encontra na importância do testemunho. As verdades factuais são mais frágeis devido ao seu caráter contingencial e, portanto, testemunhos verídicos e confiáveis são indispensáveis (ARENDR, 2008, p.16). Esses testemunhos partem da boa-fé que os indivíduos depositam nas testemunhas e no fato de que, para uma vida em comunidade, necessitamos impor limites aos quais a mentira

não pode ultrapassar. Testemunhos em quem confiar é um destes fatores de estabilização, segundo Hannah Arendt, de modo que “a veracidade dos testemunhos é, para cada indivíduo, a garantia da integridade do mundo no qual vive” (ROVIELLO, 1987, p.138). Ou seja, as testemunhas confiáveis são o que nos permitem dar sentido e interpretação ao acontecimento dos fatos. Mas de que maneira podemos assegurar que a imensidão dos fatos que permeiam os acontecimentos vá ser sempre testemunhada de maneira a que sentidos inteligíveis sejam construídos? Penso que a medida em que em a veracidade consiga ser respeitada e solidificada como o limite máximo do âmbito político.

Parece-me que neste ponto, a visão de Hannah Arendt esbarra numa contradição. Para discorrer sobre ela, falarei antes a respeito do seu entendimento acerca de dois tipos de atores políticos presentes nos Documentos do Pentágono, a fim de analisar seus comportamentos e como lidaram com o exercício deliberado da mentira durante a Guerra do Vietnã.

O primeiro tipo de ator ao qual ela se refere são os relações públicas, caracterizados enquanto homens de propaganda, que fazem uso da premissa psicológica da manipulabilidade humana, voltada, segundo aponta, para a sociedade de consumo (ARENDR, 2008, p.17). O segundo tipo é o dos resolvedores de problemas, pessoas que saíram das universidades, dos centros de assessoramento, direto para o governo. Caracterizam-se pelo seu caráter racional, pela autoconfiança que portavam (ARENDR, 2008, p.19). O perigo acarretado por esses atores residiu no fato de que promoveram uma completa desfactualização da realidade enquanto estavam no exercício de seus trabalhos. Faltava-lhes julgamento político e lhes sobravam cálculos de posição tecnocratas, pois olhavam para a guerra em curso com uma perspectiva política e de relações públicas, de manipulação de imagem. Ou seja, esses atores do governo citados por Hannah Arendt não estavam preocupados com a verdade, com o bem-estar da sociedade americana e, muito menos, da sociedade vietnamita, mas sim com a manutenção de suas imagens, negando ao povo e a seus representantes acesso a informações reais para que decisões fossem feitas.

O que Hannah Arendt denuncia é a suposta racionalidade e intelectualidade agindo em função da mentira deliberada, da desfactualização total e da perda de contato com o mundo real. O conceito de auto-engano é, nesse momento, trazido por ela como a capacidade daqueles que mentem em acreditar que suas mentiras são verdadeiras. Pois segundo ela, esses resolvedores de problemas estavam, antes de tudo, emaranhados em uma enorme rede de auto-engano, que os afastou completamente da realidade e, assim, do que era necessário e importante ser feito.

Hannah Arendt nos diz que “no domínio da política, onde o sigilo e o engano deliberado sempre tiveram papel importante, o auto-engano é um perigo por excelência” (ARENDR, 2008, p.39).

A contradição que pontuei anteriormente é, na verdade, também um limite. Pois, fundamentalmente, em sua visão, a política é um espaço de ação, de criação do novo. Precisamos dessa condição para nos colocarmos política e efetivamente no mundo. Ao mesmo tempo, a criação do novo está ligada intimamente com a mentira, em seu entendimento, que parte da oposição a realidade para concepção de um mundo imaginado e desejado. Mas ao falar sobre o jogo de mentiras no qual se envolveram oficiais do governo estadunidense e como foi totalizante a experiência de auto-engano, mentira deliberada e perda de contato com a realidade, em busca da preservação de imagem, Hannah Arendt também diz que a mentira se torna contraproducente se não estabelece os seus limites, ou seja, volta-se contra si própria quando da tentativa de desconexão total com os fatos (ARENDR, 2008, p.17). Assim, o limite que impõe é que a base que sustenta a política, o entendimento de sua natureza de pluralidade, de coletividade, de tomada de decisão, não pode e nem conseguirá ser privada da vastidão de fatos e de verdades factuais que existem no mundo, porque essas verdades de fato nunca serão destruídas por completo e aquele que mente se verá derrotado pela veracidade que permeia incontornavelmente a realidade.

Para além disso, o que esse texto nos ensina é que a mentira moderna tem uma grande manifestação na expressão do totalitarismo e em seu poder de destruição da realidade, mas também se desenrola em novas formas, e devemos ter um olhar cuidadoso com essas novas manifestações, além de estar conscientes de seus perigos. Tal como se deu no caso da Guerra do Vietnã, no qual a deflagração dos Documentos e tomada de conhecimento público das mentiras e enganos que foram contadas à população pelo governo americano, alimentado pela atuação de uma, até então, nova forma de cargo, a função dos relações públicas, que trouxeram o cálculo de imagem, a sociedade de consumo e a falta de pluralidade e veracidade como norte de suas ações, representaram uma nova racionalidade no entendimento de como a mentira se relaciona com a política, a contemporaneidade também se depara com esse desafio transmutado.

2.3 Mentira tradicional e mentira moderna

Um aspecto fundamental trazido por Hannah Arendt em *Verdade e Política* é, além do impacto e da ambivalência da mentira, a manifestação de suas diferentes faces históricas. Nesse

sentido, diferenciou mentira tradicional da mentira moderna. Não será extensa a definição da mentira tradicional porque o foco de entendimento aqui está na mentira moderna, mas é necessário situá-la para que possamos entender a razão de estarem em oposição.

A mentira tradicional se caracteriza, então, por informações importantes que são escondidas da sociedade visando não inflamar a opinião pública. Lida com segredos e intenções, seja por parte de pessoas com cargos no governo, por homens do estado ou por diplomatas, por exemplo. O fato é, antes as mentiras focavam na ocultação dos acontecimentos, eram voltadas, principalmente, para o inimigo (ARENDETT, 2006, p.247-248). A mentira moderna, por sua vez, configura-se como a destruição da realidade, que é substituída pela criação de uma imagem da realidade (GRUNENBERG, 2018, p.40). Foi o tipo de mentira empregada, principalmente, no totalitarismo. As mentiras denunciadas em seu texto sobre os Documentos do Pentágono demonstram, no entanto, como a mentira moderna pode também se manifestar em sociedades democráticas, a medida em que os relações públicas do governo, bem como os resolvedores de problema, através do auto-engano, promoviam a manutenção de sua imagem às custas de mentiras deliberadas.

Diferentemente da mentira tradicional, a mentira moderna se complexifica de diversas formas. Ela diz respeito a esfera política como um todo, lida com a multiplicidade dos indivíduos agindo em conjunto, tomando decisões e mudando o mundo como conhecemos. Hannah Arendt apontou, sobretudo, para os perigos que a mentira moderna carrega para a política e também para o mundo. A mentira moderna traz o perigo de destruição das faculdades de discernimento dos indivíduos, assim como da capacidade de ação. Ela é uma força destrutiva, pois mina essas capacidades, mas também porque enfraquece a confiança na política à medida em que se revela para o mundo (GRUNENBERG, 2018, p.40).

Para Grunenberg, Hannah Arendt também alerta para a herança totalitária que a mentira moderna carrega nas sociedades ditas democráticas. Apesar de se configurarem de maneiras diferentes, a mentira totalitária e a mentira na democracia, a última esboça também a criação de mundos não reais, algo muito próprio do totalitarismo definido pela autora, marcado pela mentira sistemática (GRUNENBERG, 2018, p.41). Ainda assim, não consegue fugir do real e da factualidade, potências muito fortes para serem eliminadas por completo. E muito do que Hannah Arendt nos diz é justamente isso. A inexorabilidade dos fatos, que apesar de seu caráter contingencial, ainda se constituem enquanto tal, e, portanto, não podem deixar de ter sua importância devida sempre em consideração daqueles que agem politicamente, pois só assim

um mundo plural e coletivo pode existir verdadeiramente. A mentira totalitária elimina radicalmente o passado, fazendo com que se torne um instrumento a mercê da construção de um mundo não mais dotado deste sentido que devemos buscar e preservar, mas sobretudo, ela radicaliza o poder da liberdade (ROVIELLO, 1987, p.137), excedendo seus limites em negligenciar aquilo que há de incontestável na verdade e, assim, desconectando-se da realidade e da humanidade.

É também típico e fundamental da modernidade definida por Hannah Arendt a ideia de auto-engano já trazida aqui, de que aqueles que mentem, mentem antes de tudo para si mesmos, e quando presos nessa imensidão de mentiras que criaram para legitimarem subjetivamente suas ações, as revelam para o mundo político, promovendo um ato performativo que está intimamente ligado com a prática moderna de mentira em sociedades de massa (DERRIDA, 2002). O auto-engano traz um perigo particular e pernicioso para as democracias, em particular, uma vez que não se torna mais possível a mentira sem o auto-engano (ARENDR, 2006, p.251).

Em seu livro *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*, Roviello traz o senso comum como o sentido dos limites, aquilo que é construído sobre consensos, por vezes implícitos, que nos ajudam a nos orientar no mundo por meio de um sentido estável, como “a confiança na adesão dos outros a um mínimo de coisas consideradas evidentes” (ROVIELLO, 1987, p.136). A verdade seria um desses limites para Hannah Arendt. A mentira totalitária, típica da modernidade, ao destruir completamente o mundo comum acaba por descobrir, enfim, esse limite, pois se depara com o constrangimento gerado por esse consenso, o constrangimento daquilo que é, e os limites em sua negação (ROVIELLO, 1987, p.135).

A respeito de sua reflexão sobre os Documentos do Pentágono, escrito após a publicação de *Verdade e Política*, já é possível perceber em seu pensamento que há espaço, na modernidade, para formas menos extremas de mentiras que não a totalitária. É a ideia de que a mentira moderna não corresponde tão somente a sua face destrutiva totalitária, e que ela pode tomar a forma, por exemplo, a ascensão, nas sociedades democráticas, do uso de relações públicas, dotados de técnicas de manipulação e criação de imagens (JAY, 2010).

Quando alguém age no espaço público, há que sempre se considerar o limite natural daquilo que é real para sua ação, tem que ser salvaguardada a verdade, que de acordo com Arendt, existe externamente à política (ARENDR, 2006). E isso não quer dizer que esse limite estabelecido não é elástico, uma vez que já é sabido como a ação política está conectada à mentira, mas que nunca deve ser superado por completo, pois é ele que nos dá sustentação para

viver neste mundo. É esse limite que é superado pelo modelo totalitário, que possui na mentira uma forma de exceder os limites da liberdade, condição presente em qualquer mentira, junto com a capacidade de imaginar e, assim, afirmar aquilo que não é.

2.4 Verdade racional e verdade factual

Verdades racionais e verdades factuais, tipificações trazidas por Hannah Arendt em *Verdade e Política*, constituem-se enquanto dois limites do pensamento humano, pois incidem sobre elas “uma comunidade inquestionável de pensamento, sobre as quais existiu um acordo tácito, um acordo que precede e fundamenta qualquer debate” (ROVIELLO, 1987, p.136). Hannah Arendt defende que “conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos mudar; metaforicamente, é o chão sobre o qual pisamos e o céu que se estende sobre nós” (ARENDR, 2006, p.259, tradução nossa)⁶. É necessário, assim, que as verdades sejam preservadas, e essa preservação perpassa sobretudo as verdades factuais, porque estão mais sujeitas a serem colocadas a prova pela ação humana. Pois se isso não é feito, se a liberdade de negar os fatos em pensamento e ação não forem dotadas de limites, nós perdemos o que nos dá sustentação e sentido, aniquilando a própria política, o espaço legítimo onde se dão os discursos e ações (ROVIELLO, 1987, p.143).

As verdades racionais são aquelas que se configuram enquanto axiomas, são as verdades matemáticas, científicas, filosóficas, que foram descobertas e colocadas no mundo por meio de filósofos em sua solitude e contemplação. A política teve seu conflito, inicialmente, com as verdades racionais, que tinha na ilusão, no erro, na opinião, a sua face oposta (ARENDR, 2006, p.228). As factuais, por sua vez, são produto das interações e ação conjunta dos homens, são constituídas por fatos e eventos. Dizem respeito a acontecimentos e circunstâncias nas quais muitas pessoas estão envolvidas e possuem nos testemunhos o fator de estabelecimento desses fatos (JAY, 2010). Constituem, então, o próprio fundamento do domínio político. É, por natureza, política. Porque, “a verdade factual fornece informações ao pensamento político, tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica” (ARENDR, 2006, p.234, tradução nossa)⁷.

⁶ “Conceptually, we may call truth what we cannot change; metaphorically, it is the ground on which we stand and the sky that stretches above us”.

⁷ “Factual truth informs political thought just as rational truth informs philosophical speculation”.

A condição da verdade factual, para Hannah Arendt, é, contudo, ambivalente. Apesar de ser naturalmente política e, portanto, passível a debate, ainda precisa ser resguardada para que se preserve a ação verdadeira. Pois sem ela, não se torna possível nenhuma ação dotada de sentido, ou qualquer tipo de debate, as duas condições fundamentais da política, segundo a autora. Então, ao mesmo tempo em que são as verdades factuais o combustível para a realização de ações legítimas no espaço público, elas estão sempre em ameaça pelas interpretações, opiniões e desfactualizações promovidas e, por isso, precisam ser salvaguardadas em um espaço diferente do político (ARENDR, 2006, p.256). A razão de ser disto está em sua fragilidade, uma vez que são constantemente conflitadas com o poder, ao terem como base os assuntos humanos, sempre em constante mudança. É por esse motivo que o poder de iludir, mentir encontra na política um terreno fértil, pois lida principalmente com as verdades factuais, notadamente vulneráveis (ARENDR, 2006, p.227). Por isso, mais uma vez, importam os testemunhos verídicos e confiáveis e, conseqüentemente, os documentos, registros, a memória, sua preservação (ARENDR, 2006, p.239). A respeito dessa condição da verdade, Roviello escreve sobre o que seria, em sua visão, a condição *transpolítica* da verdade, ou seja, o que seria essa condição de ambivalência existencial que a permeia.

A verdade e, particularmente, a verdade de facto, que está em causa aqui, é por natureza, antipolítica, no sentido em que escapa à aproximação pela ação e pelo debate; e é, ao mesmo tempo, essencialmente política, porque sem ela não são possíveis nenhuma ação dotada de sentido, nem qualquer debate. Ela é a *condição transpolítica da política*. (ROVIELLO, 1987, p.144)

Um outro aspecto importante a ser abordado dentro de tudo isso é o da opinião. Para Hannah Arendt, a opinião sempre pertenceu ao político, pois sempre foi um pré-requisito indispensável ao poder. Os fatos e as opiniões constituem o âmbito político. E apesar de dizer que o perigo principal à verdade factual é o da mentira e da falsidade, diz que ela também se vê em perigo em relação à opinião (ARENDR, 2006). Mesmo diante deste aparente antagonismo, fatos e opiniões parecem pertencer ao mesmo domínio, uma vez que os fatos deveriam informar as opiniões. No entanto, há uma distinção elementar entre verdade e opinião, que se dá na maneira da asserção de validade de cada uma (ARENDR, 2006, p.235). O que isso quer dizer é que a verdade se edifica e detém sua validade na confiança e na fé adquirida que nos une, que nos permite o depósito de firmeza nos testemunhos e na interpretação dos fatos que nos cercam e que torna possível “salvaguardar as diferenças fundamentais, as que separam o sentido do não-sentido, o possível do impossível, a realidade das criações do espírito humano” (ROVIELLO, 1987, p.138), enquanto a opinião, para que tenha validade, precisa ser alimentada

pela verdade, pois esta possui uma dimensão que escapa ao livre debate de opiniões e, mais do que isso, deve moldá-lo. Deve haver uma concordância mínima acerca de fatos concretos que devem permear a troca de opiniões, caso contrário ocorre a desfactualização (ROVIELLO, 1987), que Hannah Arendt demonstrou, no caso dos Documentos do Pentágono, o quão pernicioso e destrutivo pode ser.

A opinião que não se compromete com a verdade é perversa, pois esse descomprometimento destrói a sua própria condição de possibilidade. O que Hannah Arendt defende, então, é a existência de uma fronteira entre verdade e interpretação acerca da verdade. É a defesa do constrangimento da verdade, do entendimento desse constrangimento, para que assim se constituam espaços de autêntica liberdade política. Porque a verdade deve se dar enquanto horizonte que limita o espaço onde acontece o confronto de opiniões, para que assim esse espaço possa ter sua integridade preservada (ROVIELLO, 1987, p.148). Diante de tudo isso, como, então, podemos situar o espaço da mentira na política para Hannah Arendt?

Por um lado, Hannah Arendt acredita que a maneira como a vida política se dá é muito próxima da maneira que o mentiroso age, pois acredita que o ato de mentir é uma forma de tentar mudar o mundo e, assim, uma forma de ação. A essência da política para ela é, justamente a ação e o discurso. Nesse sentido, a verdade traz o elemento de coerção, ela elimina o debate ao trazer fatos estáveis, que estão além da nossa capacidade de questioná-los e mudá-los, ela elimina a possibilidade de persuasão futura, característica da política (JAY, 2010, p.160). Assim, não se pode esperar que o espaço político seja dominado pela verdade, porque isso vai contra sua própria essência de ação, mudança, imaginação e liberdade, fazendo naturalmente com que a mentira flerte muito intensamente com a política. No entanto, a mentira que ultrapassa limites, que nos desumaniza e nos faz perder o sentido pelo qual vivemos, a mentira que nos priva de discernimento sobre a realidade é profundamente destrutiva e, por isso, Hannah Arendt defende que seja traçada uma linha demarcatória que preserve a veracidade fundamental para que um mundo dotado de sentido exista. Essa linha demarcatória perpassa não só o âmbito político, mas deve ser também externa a ele, buscando a preservação da verdade no judiciário, na imprensa livre e nas universidades (ARENDR, 2006, p.256), por exemplo, que deveriam ter a responsabilidade de trazer para o mundo os fatos desconfortáveis, para assim resistir aos excessos imaginativos que o mundo político pode ter. Porque para ela, a ação legítima é baseada na pluralidade, e se desconsideramos totalmente a verdade, perdemos o valor maior da política, que é “a alegria e gratificação de estar ao lado de colegas, agindo juntos e aparecendo no espaço público, colocando-se no mundo pela palavra e pela ação e, portanto, adquirindo e sustentando

a nossa identidade e começando algo novo no mundo” (ARENDR, 1967, p.259, tradução nossa)⁸.

⁸ “From this perspective we remain unaware of the actual content of political life – of the joy and gratification that arise out of being in company with our peers, out of acting together and appearing in public, out of inserting ourselves into the world by word and deed, thus acquiring and sustaining our personal identity and beginning something entirely new”.

CAPÍTULO 3 – MAQUIAVEL E HANNAH ARENDT: UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA DENTRO DO REPUBLICANISMO

É neste capítulo que tento costurar o tecido teórico entre Maquiavel e Hannah Arendt, a relação entre o pensamento dos dois autores que moveram a escrita desta pesquisa. Pode parecer tarefa distante tentar encontrar pontos de convergência e divergência entre os dois, pelo deslocamento temporal e histórico que possuem, fazendo com que tenham escrito em contextos e realidades bem distintas. Maquiavel escreve no momento em que a modernidade começa a se delinear, Hannah Arendt já nos traz análises sobre seu desenrolar, sobre os problemas que vieram com a modernidade e como o político e a humanidade se caracterizam nesse tempo. Maquiavel fala, principalmente, sobre a edificação e manutenção de Estados, sobre como a república é representativa da pluralidade política, mesmo que ainda em contornos aristocratas. Hannah Arendt já escreve no seio de experiências democráticas, em um contexto político marcado pela ideia de democracia e de participação. Debruçou-se sobre a compreensão do totalitarismo, diferindo fundamentalmente com a realidade que Maquiavel se deparava. Entretanto, segundo Grunenber, Hannah Arendt foi, depois de Maquiavel, uma das únicas pensadoras a reconhecer a condição ambivalente da mentira (GRUNENBERG, 2018, p.38). E fica evidente também na leitura de alguns textos de Arendt que Maquiavel exerceu um papel importante na formação acadêmica da autora (ADVERSE, 2008, p.112). Existem semelhanças na forma de constituição de pensamento entre Maquiavel e Hannah Arendt e o que busco trazer aqui é destacar quais são elas e o que isso significa para o entendimento dos limites e da natureza da política para eles, bem como dos limites e da natureza da mentira dentro do âmbito político, o que seu uso representa, o que significa para o domínio público, o que nos revela sobre esse domínio.

Parece-me que Maquiavel e Hannah Arendt se assemelham em algumas categorias e definições que lhes são importantes compreender e escrever a respeito para o entendimento da dimensão política da vida e do mundo. Contudo, enxergo como distintas as finalidades as quais cada um submete o político e, conseqüentemente, a mentira na política. Isso talvez seja resultado inescapável dessa fenda temporal que os separa. Algumas dessas categorias vão ser analisadas aqui, para que assim esse entendimento comparado se realize, calcado também nas menções e incorporações que Hannah Arendt fez do autor fiorentino.

O primeiro ponto que parece ser de fundamental importância para ambos, assim como Hannah Arendt pontua em partes de suas obras, é a questão da fundação. Maquiavel escreve em um período de criação dos Estados nacionais, unificados, do surgimento de nações, nas quais o povo se conglomera em um território, pertencente a determinado Estado, não mais organizados da maneira como a Igreja ou a religião acreditavam ser melhor, na realidade, Maquiavel demonstrava pouca estima perante a Igreja e pela moralidade por ela defendida (ARENDR, 2002, p.298; PANCERA, 2013, p.142). N' *O Príncipe*, Maquiavel trata dos principados hereditários e conquistados por guerra, mas se estende principalmente sobre os principados novos, que o permite trazer seus conceitos mais fundamentais como, no entendimento de Arendt: o Estado, a própria fundação (surgimento de homens novos capazes de agir), *virtú* e fortuna como forças enquadradas dentro da fundação, dentro da ação que decorre dela e, por fim, a glória, o critério último ao qual a ação se destina (ARENDR, 2002, p.300). Quando fala de fundação em Maquiavel se refere, sobretudo, à fundação do Estado, como uma nova forma de sistema que deve perdurar, ser estável e operante sobre um novo prisma que não a moral cristã. Ele trata, especialmente, do papel da ascensão desse homem novo, que realiza grandes empreendimentos, que funda algo novo, que funda um Estado. Arendt pontua que para Maquiavel, a estabilidade e permanência do Estado estaria acima de formas de governo, como monarquia e república, por exemplo, que se constituiriam apenas como estados que um Estado pode assumir (ARENDR, 2002, p.299).

A forma como Maquiavel lida com a questão da fundação a aproxima estreitamente da liberdade (ARENDR, 2002), para agir, para se colocar no domínio da política e ser glorioso, através da *virtù*. Maquiavel é um grande defensor e amante da liberdade. No entanto, a liberdade que defende é aquela que se manifesta na forma de participação na deliberação pública a respeito dos rumos a serem seguidos pela sociedade, e não exatamente uma liberdade que deriva de autodeterminação pessoal (MIGUEL, 2007, p.48). Hannah Arendt também dava grande importância a liberdade em seu pensamento, e enxergava nela a condição primordial da política, devendo ser preservada cautelosamente. A liberdade que ela descreve na reflexão acerca dos Documentos do Pentágono é justamente essa liberdade de agir, de começar algo novo, de negar o que é para que esse novo possa surgir, é seu entendimento de mentira, da sua natureza flexível e adaptável. Esse ímpeto de fundar, de agir é, segundo Hannah Arendt nos diz sobre Maquiavel, movido pela necessidade e não pela razão (ARENDR, 2002, p.299). O que isso significa para ele é que a necessidade da ação nem sempre trará ações vistas como razoáveis, nem sempre trará a verdade e a bondade como impulsos iniciais, porque a verdade, as virtudes, a bondade,

não traduzem satisfatoriamente a necessidade pragmática que a ação política, muitas vezes, requer e deve possuir. Nesse sentido, parece-me que Maquiavel é consciente daquilo que difere bem e mal, verdade e mentira, essas divisões continuam sendo feitas na maneira como seu pensamento se constrói, contudo, elas não devem ser o norte de ação de um governante em sua visão, pois, o que a *virtú*, juntamente com a fortuna, precisa para se efetivar enquanto uma ação política de excelência, que seja atenta ao bem coletivo, é, como já mencionado anteriormente, a flexibilidade moral de saber quando é necessário dizer a verdade ou mentir, por exemplo.

O pensamento de Hannah Arendt acerca da mentira também traz a questão de seu embate com a razão. Ela acredita, como já exposto no capítulo anterior, que a mentira não está posta em oposição à razão, ou seja, aquele que mente no domínio político, não o faz porque não consegue pensar racionalmente naquilo que deve ser feito, ou porque não sabe discernir o real da fantasia, mas porque sabe que a mentira que conta não confronta necessariamente a razão e, para além disso, pode ser dialógica com a necessidade e com as expectativas sociais. Isso se dá principalmente pela sua visão da natureza coercitiva da verdade, que a torna pouco integrada com a realidade em constante mudança e adaptação, uma vez que diz respeito aos assuntos humanos, também em contínua transformação. A mentira tem como componente essa flexibilidade moral que Maquiavel acreditava e que Hannah Arendt pensava que flertava naturalmente com a política.

A ação política é, também, um fator que precisa ser mencionado quando da comparação entre Arendt e Maquiavel, pois ambos se apoiam fortemente em sua noção para erguerem seus pensamentos. A *virtú*, tão importante para compreensão de Maquiavel, como já foi dito aqui, é representada pela coragem de agir politicamente de acordo com as situações apresentadas pela fortuna. A ação política não é pautada pela virtude, pela verdade, ela é pautada pela necessidade, muitas vezes pela mentira, e requer a *virtú* do governante para se concretizar. Essa *virtú*, por sua vez, é a maleabilidade e astúcia em perceber como os eventos apresentados pela fortuna se desenrolam e como deles podem se efetivar ações gloriosas. A glória é uma questão presente na condição da ação para Maquiavel, pois é ela que de fato aparece na vida política, é ela que faz ver e é vista (ARENDR, 2002, p.300-301). A ação política para Hannah Arendt também é de fundamental importância, está no epicentro de seu entendimento sobre a essência, o fundamento da política, junto com o discurso. É através da ação que para ela a política se efetiva de maneira plena, é através dela que os indivíduos se revelam enquanto tal, e é pela ação que as mudanças acontecem. A proximidade da natureza da ação com a natureza da mentira é um fator inquietante no pensamento de Arendt, pois faz com que a mentira se coloque

confortavelmente perante a política, naturalize-se nesse ambiente, nos faça perder de vista todos os perigos que derivam de seu emprego, que quando ultrapassa as barreiras do nosso julgamento, do nosso sentido, não serve à conquista de um mundo plural e livre para que possamos nos inserir politicamente. Maquiavel também entendia como próxima a relação entre ação e mentira, uma vez que a ação da qual ele se ocupa é aquela que se dá de acordo com as necessidades e com a adaptabilidade que a escuta e ação em cima dessas necessidades requer.

Nesse ponto, a questão da aparência se justapõe à ação. E a importância que Hannah Arendt e Maquiavel dão à aparência e ao status que possui faz jus a que analisemos esse aspecto de seus pensamentos em relação à mentira. Em Maquiavel, a aparência se constitui enquanto cinismo, a hipocrisia, constitui o domínio próprio da política, em um ambiente no qual a linha que separa ser a parecer é imperceptível (ADVERSE, 2008, p.116). A ação que Maquiavel compreende é também dependente da aparência, pois só se firma quando aparece para o outro no espaço público. Para ele, a verdade é o que aparece, porque o que se efetiva é a aparência (ADVERSE, 2008, p.117). E, mais do que isso, para Maquiavel, a principal força motriz da ação é a glória, que possibilita aos homens essa condição de aparecimento, ao mesmo tempo em que só existe quando aparece e é vista (ARENDR, 2002, p.301). Já Hannah Arendt tinha a compreensão de que a política se joga no visível, no aparecer, no fato de nos revelarmos enquanto indivíduos no mundo político, no qual os homens se revelam através de suas ações, pela maneira como se colocam livremente diante da sociedade (ADVERSE, 2008, p.118).

As intenções de Arendt e Maquiavel parecem diferir neste aspecto. Isso porque Maquiavel pensou mais contundentemente em como encontrar maneiras de assegurar a manutenção e durabilidade dos Estados, em como os fenômenos políticos se davam e como um governante deveria enxergar seu papel e a maneira como deveria agir para que tudo isso fosse conquistado. Mas Maquiavel se preocupa com a forma como essa ação se dá, com a sua natureza. Assim como se preocupa em assegurar que a mentira, a injúria, é uma forma de ação que se mostra necessária a depender da ocasião que se apresenta. Entretanto, em seu pensamento, é pragmática a análise de que o bem não deve ser medida para a ação dos homens, porque o está em questão na ação política é a conquista de glória e a manutenção do Estado (MIGUEL, 2007). Esse é o alcance da mentira dentro do pensamento de Maquiavel, a sua utilização para conquista de fins pretendidos, fins esses que mantêm o julgamento de valor sobre eles, de modo que os resultados visados sejam coletivos, para o bem do povo (MIGUEL, 2007, p.30). Hannah Arendt, por sua vez, comprometeu-se com uma visão pluralista, na qual o sentido que deveria permear a política seria o da dignidade desse âmbito, o de sua preservação

através da exaltação da liberdade, da veracidade, que se manifestam em sociedades plurais. E apesar da mentira flertar com as condições essenciais da política, apesar dela aparecer no mundo político cotidianamente, ela não deve superar esse consenso de veracidade que deve nos permear. E diferentemente de Maquiavel, a análise de Arendt perpassa também a responsabilidade dos indivíduos perante o papel que a mentira ocupa na política, a responsabilidade que cada um possui em preservar a veracidade, em cultivar o amor pelo mundo em que habitamos e trata-lo com dignidade, preservando sua existência enquanto um lugar autêntico. Pois a compreensão do político, para Hannah Arendt, era antes de tudo produto do amor ao mundo exercido por cada indivíduo (CORREIA, 2006).

Tanto em Maquiavel quanto em Hannah Arendt, o bem, a verdade enquadrada dentro desse bem, não pode ser o critério de avaliação da política (ADVERSE, 2008, p.112), porque não flerta propriamente com a visibilidade, com o status do aparecimento que a política requer e que a mentira possui. No entanto, acredito que as razões de ser disso para cada um deles são diferentes. Maquiavel acredita que a glória conquistada por meio da ação política não deve se preocupar com a obtenção de virtudes e de bondade, o que sim ele se preocupa é que as aparências de tais características sejam apresentadas e que os sentidos dos fins sejam salvaguardados. Ele separa aquilo que deveria estar no privado daquilo que deveria se revelar ao político (ARENDR, 2002, p.301). O homem deve aparecer de modo virtuoso e essa aparência se efetivará a medida em que a imagem que dela fica se efetiva. Mas isso não necessariamente corresponde aquilo que se é no mundo privado e, para Maquiavel, tudo bem que não seja. O pensamento de Hannah Arendt, entretanto, parece tornar essa divisão um pouco mais tênue. Pois para ela, aquilo que nos torna propriamente humanos é esse exercício da liberdade no domínio público da vida, é sermos plurais, livres, capazes de agir com base na veracidade para transformar o mundo, para demonstrarmos nosso amor por ele. E, para Arendt, o papel da manutenção da factualidade, da veracidade, perpassa cada um de nós, a manutenção de cada um de nós por esse amor ao mundo que nos une, que nos torna seres políticos, de ação, em que a liberdade é condição presente (CORREIA, 2006; ADVERSE, 2008).

Hannah Arendt e Maquiavel, ambos, compreendiam e, buscaram demonstrar em suas obras, a importância que o político ocupa para eles, do amor que possuíam pela vida política e pelo que ela representa enquanto possibilidade e potência. Ambos, também, escrevem a partir de uma perspectiva não de filósofo, mas de pensador político, buscando na realidade a inspiração de seus pensamentos (ADVERSE, 2008). Quando Hannah Arendt fala sobre o totalitarismo, ela nos diz que a mentira totalitária possui a característica de aniquilamento do

passado para que um presente desejado seja manipulado e moldado (ROVIELLO, 1987). A mentira trava um embate com a História, com a factualidade que ela busca preservar, e Arendt enfatiza como é perigosa essa desvinculação com o passado, assim como o faz Maquiavel ao reiterar a importância da História e da presença de verdades efetivas que sirvam de base condutora para a ação de governantes no comando de um Estado, pois sem elas nos guiamos sem referências nas quais confiar, tornando o presente fragilizado, desprovido de sentido.

Dentro desse escopo teórico traçado, faz-se, por fim, fundamental entender a finalidade da ação política e da política em si para eles. Para Maquiavel, a finalidade da política estaria na própria política, não havendo finalidade exterior a ela (ARENDR, 2002, p.302), pois tudo que se faz nesse âmbito, aqui incluso o uso de hipocrisia, mentiras e manipulação, visa a obtenção de estabilidade para que a própria vida política exista de forma segura. Hannah Arendt pensou diferente. Para ela, a finalidade da política residiria na afirmação de sua condição de pluralidade e de liberdade, dando o sentido que é próprio dela, como um âmbito que permite que os indivíduos demonstrem o sentido de sua dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, o entendimento do lugar ocupado pela mentira na política foi a sua força impulsionadora. Há um consentimento, mesmo que velado, acerca do papel da mentira no exercício da política, que se manifesta através da naturalização enquanto presença que habita nesse âmbito. Ao mesmo tempo, vê-se como é desconcertante a perda de confiança no seio político, como é alienante a experiência da mentira, a medida em que nos priva da construção de sentidos reais acerca dos valores que construímos em relação à política, sociedade e, por fim, ao mundo. Então, na busca por essa compreensão do que a mentira nos revela sobre o político, o que ela significa e que sentidos produz na política, o pensamento de Maquiavel e Hannah Arendt foi o fio condutor, em uma análise comparada que relacionou o entendimento de ambos.

Maquiavel, como ficou demonstrado, enxergava na posse do poder, exercida para o alcance de estabilidade e segurança do Estado, o sentido próprio da política. O pensamento político de Maquiavel não foi guiado pela busca de virtudes, como a verdade, por exemplo, pois a concepção que possuía a respeito da natureza humana confrontava diretamente essa ideia. Pois o bem não deveria ser a medida de conduta de um governante, nem a projeção de um mundo idealizado, segundo ele. A mentira, assim, não representa uma perda de sentido, uma vez que ela se configura enquanto um meio legítimo para a conquista dos objetivos que Maquiavel considerava importante, e sobre o político, a mentira revela que esse âmbito é de tal modo marcado pela desconfiança, pela aparência e, desse modo, funciona sobre outro prisma que não a moralidade individual, que não pela primazia da verdade. O governante imaginado por Maquiavel possuía a legitimidade de mentir preservando o sentido dos fins, mas, em seu pensamento, ele não nos diz o que isso significa para o indivíduo, que tipos de impacto a mentira teria para a sociedade, pois o seu alcance vai até onde os valores coletivos em um Estado pacificado se estendem, limite natural se lembrarmos o momento histórico em que Maquiavel escreve.

Hannah Arendt, em seu esforço contínuo de compreensão da modernidade, situou a mentira como uma condicionante pertinente e central, demonstrando como é latente entendermos em que concepção a política lida com a mentira, movimentando a escrita de dois ensaios voltados estreitamente para esse tema. Ela também entendia que a mentira permeia o seio político de maneira contundente e quis buscar a razão de ser dessa proximidade. Ela atribui,

como vimos, a conexão que a mentira possui com a ação, com a imaginação e, também, com a liberdade. Arendt acredita, assim como Maquiavel, que a mentira, apenas pela consideração da moralidade, não desaparecerá. Mas ela também acredita na consideração de limites. Não o limite que considera a finalidade da ação, mas o limite que entende que a banalização da mentira, seu uso sistemático, a perda de conexão com os fatos, a opinião que se desvincula deles, é perigosa, não somente para o Estado, mas para um mundo que seja permeado por sentidos inteligíveis, para um mundo que busque se edificar na pluralidade, na veracidade e na liberdade não radicalizada, que é a liberdade que possui a verdade como horizonte de ação. A responsabilidade do povo também é um ponto que foi trazido em relação à Arendt, uma vez que ela compreendia que o cuidado com o mundo deveria ser uma premissa para todos nós, e que esse cuidado engloba a preservação da veracidade no âmbito político. Assim, reitero a importância da política para Hannah Arendt, como um domínio que tem a força de determinar a continuidade da vida, da humanidade que nos é comum (CANOVAN, 1992), possuindo a mentira um papel central neste aspecto.

Algumas reflexões se tornaram possíveis mediante tudo que foi exposto. Em relação a Maquiavel, quando tratamos do papel da aparência, a sua visão é de que, antes de ser virtuoso e honesto, um governante precisa forjar sua aparência de virtudes, em detrimento de possuí-las. Quando me deparei com essa face de seu pensamento, o questionamento a respeito de se esse não seria um posicionamento idealizado surgiu. No sentido de que, se é de conhecimento geral a natureza humana de disputa e opressão, e se todos parecem reconhecer que a política é permeada por mentiras, por que deveria se manter uma aparência de verdade e virtuosidade? Porque se assumir enquanto aquele que mente é tão problemático para a condição de aparecimento na política, mesmo quando é sabido que se mente? É essa a pergunta que parece ficar.

Também, do momento histórico em que Maquiavel escreve até os dias de hoje, o mundo se complexificou em diversas frentes e camadas. Não é tarefa fácil, para a contemporaneidade, a estipulação de um único fim a ser alcançado, visto que lidamos com diferentes realidades, concepções e discursos. Quando Maquiavel escreve, ele se debruça bastante sobre um contexto de violência, de segredos de Estado, de consolidação desses Estados. Mas o tipo de violência e segredos aos quais ele se refere não parece fazer o mesmo sentido para uma análise dos dias de hoje. Então, essa aceitação da mentira a qual submeteu seu pensamento não parece ser acurada para que se entenda por completo a transmutação da compreensão da mentira na política, uma

vez que o horizonte de ação, no caso de Maquiavel, a estabilidade do Estado, não é tão facilmente apreendido na contemporaneidade.

No que diz respeito a Hannah Arendt, quando fala sobre os regimes totalitários, aborda como essa experiência foi um fato limitante - através de mentiras sistemáticas, de manipulação - da liberdade humana. Apesar de para ela a mentira totalitária ser diferente daquela percebida em regimes democráticos, penso que não só o totalitarismo esteja sujeito a limitação da liberdade humana, mas também as democracias. Quando trata do papel das relações públicas nos Estados Unidos, ela indica isso, como as sociedades de massa, de mercado, também possuem seus instrumentos para manipulação da sociedade, para a mentira, para a limitação do exercício da liberdade. Do mesmo modo, as sociedades democráticas também precisam se proteger dessa constante tentação e isso perpassa, sobretudo, a manutenção de uma base de confiança entre os indivíduos e testemunhos. Como também perpassa, sempre, e procuro enfatizar isso aqui, a defesa da primazia da memória, materializada em documentos, registros, assim como, na visão de Arendt, a preservação da verdade em lugares outros que não a política: universidades, judiciário, imprensa, por exemplo. Para que, assim, o âmbito político consiga preservar sua dignidade. No entanto, a atualidade apresenta novos desafios, ao tornar mais complexo o papel dessas instituições que Hannah Arendt acreditava que deveriam contrabalancear o político. Buscar compreender quais são e como estão postos esses desafios é uma tarefa futura.

Por fim, cabe dizer que a ideia de mentira é flexível, não sendo satisfatória a análise dela que não se preocupa em entender essa condição múltipla que carrega. A análise feita aqui se debruçou sobre as categorias trazidas por Arendt e Maquiavel, mas é certo que ainda existem diversos aspectos que precisam ser compreendidos e suscitados nessa questão para que esse caráter elástico da mentira seja abarcado plenamente. A ideologia é um deles, influenciando na dificuldade que se coloca de encontrar verdades absolutas no mundo político, pois estão além de opiniões e veracidade, assim como, na atualidade, o papel que a imprensa e o judiciário exercem, os impactos do mundo digital nesse sentido, as complicações que dele derivam e o que isso indica para a continuidade da vida política e do mundo em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADVERSE, Helton. **Política e aparência. Hannah Arendt leitora de Maquiavel.** Síntese – Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 35, nº 111 (2008): 111-128.
- AMES, José Luiz. **Maquiavel: A lógica da ação política.** Campinas, São Paulo: [s.n.], 2000.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: A lógica da força.** São Paulo: Moderna, Coleção Logos, 1993.
- ARNAUT, Cezar; BERNARDO, Leandro Ferreira. **Virtù e Fortuna no pensamento político de Maquiavel.** Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, v. 24, n.1, pp. 91-102, 2002.
- ARENDRT, Hannah. **Mentira na política: reflexões sobre os Documentos do Pentágono.** In: _____. *Crises da República.* São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª edição – 3ª reimpressão, 2008. (Debates; 85, dirigida por J. Guinsburg).
- ARENDRT, Hannah. **Truth and Politics.** In: _____. *Between past and future: Six exercises in political thought.* Penguin Books, 2006, pp. 223-259.
- _____. **Notas sobre a Política e o Estado em Maquiavel.** Trad. de G. Cohn a partir da tradução francesa de M. Gaille-Nikodimov. Lua nova, nº 55-6, 2002, pp. 298-302.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a15n5556.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- BENEVENUTO, Flávia Roberta. **Maquiavel: História, política e aparência.** Tempo da Ciência. Volume 20, n. 40, 2013.
- CANOVAN, Margaret. **Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought.** Cambridge University Press, 1992.
- CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt (1906-1975).** Revista Ética & Filosofia Política, vol. 9, n.1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_2_adriano.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- DERRIDA, Jacques. **History of the lie: Prolegomena.** In: _____. *Without Alibi.* Stanford University Press, 2002, pp. 28-70.

GRUNENBERG, Antonia. **Lying and Politics: How to rethink Arendt's reflections about lying in the political realm.** Russian Sociological Review, vol. 14, nº 4, 2018.

JAY, Martin. **The virtues of mendacity: On lying in politics.** University of Virginia Press, 2010.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt – pensamento, persuasão e poder.** Editora Paz e Terra, 2ª edição, 2003.

MAQUIAVEL, **O Príncipe. Comentários de Napoleão Bonaparte.** Editora Hemus, 12ª edição, Curitiba, 2000.

_____. **Discorsi: Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio.** Tradução de Sérgio Bath. 5ª edição. Editora da Universidade de Brasília, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. **O nascimento da política moderna: Maquiavel, Utopia, Reforma.** Brasília, Editora Universidade de Brasília. Finatec, 2007.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. **Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt.** Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Editora Loyola, 2009.

PANCERA, Carlo Gabriel. **Arendt e Maquiavel: fundação, violência e poder no pensamento republicano.** Argumentos, ano 5, n. 9. Fortaleza, jan. /jun. 2013.

ROVIELLO, Anne-Marie. **Senso comum e modernidade em Hannah Arendt.** Instituto Piaget, Lisboa, 1987.

SINGER, André. **Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República.** En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx. Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

WINTER, Lairton Moacir. **A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel.** Tempo da Ciência (13) 25: pp. 117-128, 2006.